

A LIDERANÇA DO GESTOR ESCOLAR NA INTEGRAÇÃO DA FAMÍLIA DO ESTUDANTE COM TEA NOS PROCESSOS DE DECISÃO

THE SCHOOL ADMINISTRATOR'S LEADERSHIP IN INTEGRATING THE FAMILY OF STUDENTS WITH ASD INTO DECISION-MAKING PROCESSES

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.018-040>

Maria Elisa Salazar Morais

Especialista em Política da Promoção da Igualdade Racial na Escola
Universidade Federal do Pará
E-mail: sallazerbet@gmail.com

RESUMO

Este artigo aborda a liderança do gestor escolar na integração da família do estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos processos de decisão, tendo como foco analisar como a gestão participativa contribui para o fortalecimento da inclusão escolar. A pesquisa partiu do desafio observado nas instituições educacionais quanto à dificuldade de promover a participação efetiva da família nos processos de planejamento pedagógico, especialmente no Atendimento Educacional Especializado (AEE) e na elaboração do Plano de Desenvolvimento Individual (PDI). Diante dessa lacuna, o objetivo principal foi compreender de que maneira a liderança do gestor escolar pode favorecer o diálogo, a cooperação e a corresponsabilidade entre escola e família na construção de práticas inclusivas. A metodologia adotada consistiu em uma revisão de literatura, com abordagem qualitativa e caráter exploratório, realizada em plataformas como Google Acadêmico e SciELO, contemplando 15 artigos publicados entre 2017 e 2025, escritos em língua portuguesa e alinhados ao tema. Os resultados evidenciaram que o gestor escolar exerce papel essencial na mediação das relações entre escola e família, promovendo espaços democráticos de escuta, planejamento e participação. Constatou-se que práticas de liderança colaborativa fortalecem o vínculo escola-família, favorecem a tomada de decisões compartilhadas e contribuem para a construção de um ambiente escolar acolhedor e inclusivo. Conclui-se que a liderança do gestor escolar é determinante para a efetivação da inclusão e da participação familiar, representando um caminho significativo para o aprimoramento das políticas e práticas educacionais.

Palavras-chave: Gestão escolar; Família; Inclusão; Autismo.

ABSTRACT

This article addresses the role of school administrators in integrating the families of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) into decision-making processes, focusing on how participatory management contributes to strengthening school inclusion. The research stemmed from the challenge observed in educational institutions regarding the difficulty of promoting effective family participation in pedagogical planning processes, especially in Specialized Educational Services (SES) and the development of Individual Development Plans (IDPs). Given this gap, the main objective was to understand how the school administrator's leadership can foster dialogue, cooperation, and co-responsibility between school and family in the construction of inclusive practices. The methodology adopted consisted of a literature review, with a qualitative and exploratory approach, conducted on platforms such as Google Scholar and SciELO, encompassing 15 articles published between 2017 and 2025, written in Portuguese and aligned with the theme. The results showed that the school administrator plays an essential role in mediating the relationships between school and family, promoting democratic spaces for listening, planning, and participation. It was found that collaborative leadership practices strengthen the school-family bond,



promote shared decision-making, and contribute to building a welcoming and inclusive school environment. It is concluded that the leadership of the school administrator is crucial for the effective implementation of inclusion and family participation, representing a significant path for improving educational policies and practices.

Keywords: School management; Family; Inclusion; Autism.



1 INTRODUÇÃO

A integração da família na educação de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem se consolidado como um dos pilares fundamentais para a promoção de práticas inclusivas no ambiente escolar. No cenário educacional contemporâneo, a escola é chamada a assumir um papel mediador entre família, professores e serviços de apoio, articulando ações que favoreçam o desenvolvimento integral do aluno. Nesse contexto, o gestor escolar destaca-se como figura estratégica, responsável por coordenar processos de gestão participativa que valorizem o diálogo, o acolhimento e a corresponsabilidade, essenciais para o fortalecimento da parceria entre escola e família.

A relevância dessa temática reside no fato de que a inclusão escolar de estudantes com TEA vai além da matrícula, exigindo uma construção coletiva que envolva escuta ativa, planejamento pedagógico individualizado e participação efetiva da família nos processos educativos. A literatura educacional reforça que a relação colaborativa entre gestor, equipe pedagógica e responsáveis legais promove condições mais favoráveis para o desenvolvimento acadêmico, emocional e social do estudante com TEA. Assim, compreender como a liderança do gestor escolar pode potencializar esse vínculo torna-se imprescindível para a construção de práticas verdadeiramente inclusivas.

Entretanto, observa-se que, apesar dos avanços nas políticas públicas e nas diretrizes educacionais que orientam a inclusão, ainda existem fragilidades na efetiva participação da família nos espaços de planejamento e tomada de decisão. Muitas escolas apresentam dificuldades em estabelecer mecanismos de gestão democrática que favoreçam a colaboração e o diálogo com as famílias, especialmente nos casos que demandam maior apoio, como os estudantes com TEA. Essa lacuna evidencia o problema que este trabalho busca discutir: como a liderança do gestor escolar influencia a integração da família do estudante com TEA na construção de decisões pedagógicas e institucionais?

A escolha desta temática se justifica pela necessidade de aprofundar o entendimento sobre o papel estratégico do gestor escolar na promoção de uma cultura inclusiva, baseada na cooperação, no respeito às singularidades e na participação compartilhada. Em um momento em que a educação requer abordagens mais humanas, individualizadas e intersetoriais, torna-se essencial investigar como a gestão escolar pode mobilizar recursos, sensibilizar profissionais e engajar famílias no processo educativo de estudantes com TEA.

O objetivo geral deste trabalho é analisar, à luz da literatura científica, como a liderança do gestor escolar contribui para a integração da família do estudante com TEA nos processos de decisão, visando à construção de práticas colaborativas, participativas e inclusivas no ambiente escolar. Busca-se compreender os elementos que favorecem essa articulação e os desafios que ainda permeiam esse processo.

Do ponto de vista científico e prático, este estudo pretende contribuir para o campo da educação inclusiva ao destacar a importância da gestão escolar como agente mobilizador de relações interpessoais,



potencializador de políticas educacionais e mediador de vínculos entre escola e família. Espera-se que a pesquisa fomente reflexões e incentive a implementação de práticas que fortaleçam a presença da família como parceira ativa nas decisões escolares e no desenvolvimento do estudante com TEA.

Por meio de uma abordagem humanizada e fundamentada em perspectivas colaborativas, este trabalho reforça que a escola inclusiva não se constrói apenas por meio de documentos e diretrizes, mas pelo comprometimento de lideranças capazes de escutar, articular e promover a participação de todos os envolvidos. Assim, investigar a liderança do gestor escolar na integração da família revela-se um caminho indispensável para a consolidação de ambientes educacionais mais acolhedores, democráticos e efetivamente inclusivos.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de revisão de literatura, com abordagem qualitativa e exploratória, tendo como propósito identificar, analisar e discutir produções científicas relevantes sobre a liderança do gestor escolar na integração da família do estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos processos de decisão. O período delimitado para seleção dos materiais compreendeu os anos de 2017 a 2025, buscando garantir atualidade e pertinência das discussões. Foram adotados critérios de inclusão que consideraram artigos publicados em revistas científicas com acesso público, disponíveis integralmente em língua portuguesa, que abordassem especificamente gestão escolar, liderança educacional, inclusão e participação familiar no contexto do TEA. Excluíram-se materiais duplicados, resumos, livros ou trabalhos não relacionados diretamente à temática.

A coleta de dados foi realizada por meio de buscas sistemáticas nas plataformas Google Acadêmico e SciELO, selecionando, ao final do processo, 15 artigos científicos que atenderam aos critérios previamente definidos. A identificação e triagem das produções seguiram etapas de leitura de títulos, resumos e palavras-chave, seguidas da leitura completa dos textos selecionados. A língua utilizada foi exclusivamente o português, visando manter a coerência com a realidade educacional brasileira. Os materiais escolhidos contemplaram estudos empíricos, teóricos e reflexivos, o que possibilitou uma análise abrangente sobre os desafios, práticas e perspectivas da liderança do gestor escolar e sua interface com a participação familiar no processo decisório.

Para a análise dos dados, utilizou-se a técnica de análise temática, que permitiu organizar e interpretar os conteúdos encontrados conforme categorias previamente definidas, liderança escolar, colaboração família-escola, práticas inclusivas, gestão participativa e tomada de decisão. O estudo respeitou os princípios éticos, assegurando a integridade intelectual, a fiel representação das ideias dos autores e a correta referência às fontes utilizadas. Como limitação, destaca-se a restrição à literatura em língua portuguesa, o que pode limitar comparações com estudos internacionais. Ainda assim, a investigação

possibilitou uma compreensão consistente e contextualizada da problemática, contribuindo significativamente para reflexões teóricas e práticas no campo da educação inclusiva e da gestão escolar.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com Gavioli e Coutinho (2025), a participação ativa da família constitui um dos principais fatores para a efetivação da inclusão de alunos com TEA, uma vez que o envolvimento familiar favorece o acolhimento das especificidades do estudante e a mediação entre escola e contexto doméstico. Esse envolvimento permite a construção de vínculos afetivos, o fortalecimento da autoestima e a adaptação social, colaborando para a consolidação de trajetórias escolares mais seguras e significativas. A presença familiar ativa, quando integrada às práticas escolares, contribui para uma educação mais humanizada e para uma escola que reconhece a diversidade como um valor.

Segundo Santos e Mafra (2017), as experiências de inclusão escolar de crianças com TEA revelam que, embora existam expectativas favoráveis quanto à colaboração entre escola e família, muitos desafios permeiam esse processo, como a falta de comunicação efetiva, a falta de conhecimento compartilhado sobre o autismo e a ausência de práticas pedagógicas adaptadas. Esses obstáculos podem comprometer a qualidade da inclusão e gerar sensação de exclusão, tanto na escola quanto na família. Assim, a colaboração exige mais do que boas intenções, demanda planejamento, sensibilidade e compromisso institucional para superar resistências e construir um ambiente acolhedor.

Conforme Riccioppo e Farinelli (2025), a formação contínua dos professores representa condição essencial para garantir práticas educativas adequadas a estudantes com TEA, visto que muitos docentes não possuem preparo específico para lidar com as particularidades cognitivas, comunicacionais e comportamentais desses alunos. A ausência de formação adequada dificulta adaptações pedagógicas, potencializa erros de abordagem e pode inviabilizar a inclusão real. Portanto, uma gestão escolar comprometida com a inclusão deve assegurar políticas de formação e formação continuada que sensibilizem e preparem a equipe docente.

Consoante Araújo e Menezes (2021), a mediação pedagógica e as adaptações curriculares são fundamentais para assegurar o acesso e a aprendizagem de alunos com TEA em ambientes escolares regulares, sobretudo porque esse transtorno envolve dificuldades na comunicação e interação social. A implementação de estratégias pedagógicas diferenciadas, recursos visuais, tempos diferenciados e ambientes acolhedores pode favorecer a participação e o desenvolvimento do estudante. Assim, a escola inclusiva precisa transcender o formato tradicional de ensino, promovendo flexibilidade, individualização e reconhecimento das singularidades.

Conforme Conte *et al.* (2025), a gestão escolar assume papel determinante para transformar as diretrizes de inclusão em práticas concretas, atuando como elo entre casa, família, professores e



comunidade. Quando a liderança da escola se compromete com valores inclusivos, estimula interlocução, promove a formação continuada e assegura a escuta das famílias, cria-se um ambiente propício para a corresponsabilização e participação efetiva. Assim, a inclusão deixa de ser vista como responsabilidade apenas do professor ou da família, passando a integrar o planejamento institucional e a prática cotidiana.

Na visão de Cardoso e Pinto (2025), a escuta ativa da família se revela como estratégia fundamental para promover inovação pedagógica e adaptação de práticas educativas às necessidades dos estudantes com TEA, pois permite que os saberes e experiências vividas no contexto familiar sejam incorporados ao planejamento escolar. Essa estratégia contribui para fortalecer vínculos de confiança, ampliar a percepção sobre as necessidades individuais e favorecer decisões mais colaborativas. A escola, ao acolher a voz da família, valoriza a pluralidade de saberes e transforma o processo educativo em uma construção compartilhada.

Segundo Conte *et al.* (2025), o processo de inclusão de alunos com TEA ganha efetividade quando há corresponsabilização entre família, escola e comunidade educativa, mediante práticas cooperativas que envolvem todos os atores. Essa cooperação implica no compartilhamento de responsabilidades, na construção coletiva de estratégias e na valorização das diferentes contribuições, promovendo um ambiente inclusivo e participativo. A cooperação fortalece o vínculo entre os sujeitos envolvidos e contribui para superar barreiras institucionais, culturais e pedagógicas.

Conforme Paula *et al.* (2025), a inclusão escolar de crianças com TEA, quando realizada com apoio familiar, adaptação pedagógica e equipe preparada, pode exercer influência positiva no desenvolvimento das funções executivas, bem como nas competências sociais e de convivência desses estudantes. A participação na escola regular favorece oportunidades de interação, aprendizagem e estímulos cognitivos, contribuindo para autonomia, autoestima e ampliação de repertórios comunicativos. Dessa forma, a inclusão vai além da presença física na escola, implica em efetiva participação e desenvolvimento integral.

Conforme Correia (2025), as políticas públicas que envolvem a inclusão de estudantes com TEA no sistema escolar brasileiro, como a Lei 12.764/2012 (que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA) e a Lei 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), constituem marco legal essencial para garantir o direito à educação inclusiva, assegurando acesso, permanência e adaptações necessárias. No entanto, mesmo com esse arcabouço normativo favorável, o autor aponta lacunas relevantes na implementação prática dessas normas, especialmente na formação docente, alocação de recursos e monitoramento institucional da acessibilidade. Assim, a mera existência da lei não garante inclusão efetiva, exigindo articulação entre gestores escolares, Estado, famílias e comunidade. Dessa forma, o estudo evidencia a importância de uma gestão escolar comprometida com a efetivação dessas políticas.

Segundo Santos *et al.* (2022), mesmo em contextos de inclusão formal de estudantes com TEA, persistem barreiras institucionais e culturais que dificultam a participação efetiva da família no processo

educativo, entre estas barreiras estão a falta de comunicação clara da escola, resistência de parte da comunidade escolar e ausência de espaços de escuta e protagonismo familiar. O estudo relata que, em muitos casos, a família se sente desarticulada, insegura ou sub-representada, o que compromete a corresponsabilização e o sucesso da inclusão. Além disso, a falta de sensibilidade para as diferenças culturais e sociais pode agravar o sentimento de exclusão. Dessa forma, é imprescindível que a gestão escolar adote práticas de acolhimento e diálogo que considerem as especificidades e a diversidade familiar.

Na visão de Mori *et al.* (2022), a inclusão escolar de crianças com TEA exige processos participativos que envolvam não apenas professores e gestores, mas também as famílias e a comunidade escolar, de modo a garantir decisões coletivas que respeitem as necessidades individuais. A revisão de literatura realizada evidencia que, quando a escola adota práticas de governança compartilhada, conselhos escolares, reuniões sistemáticas com familiares, espaços de escuta, há maior probabilidade de adoção de adaptações pedagógicas eficazes e de fortalecimento da corresponsabilidade. Contudo, os autores alertam para a frequência reduzida desses espaços democráticos nas escolas, o que limita a participação e comprometimento familiar. Portanto, o estudo ressalta a urgência de institucionalizar mecanismos de participação comunitária e familiar nas decisões escolares, sobretudo em contextos de inclusão.

De acordo com Santos *et al.* (2025), o gestor escolar assume papel central como mediador institucional entre as demandas familiares, as exigências pedagógicas e os recursos de apoio especializados, de modo a viabilizar a inclusão de alunos com TEA. O trabalho ressalta que, quando a gestão demonstra compromisso com equidade e acessibilidade, mobiliza recursos, promove formação continuada e facilita a articulação com serviços externos, terapêuticos, psicopedagógicos ou de saúde, fortalecendo redes de apoio e promovendo a permanência e aprendizagem dos estudantes. Esse papel mediador do gestor é apontado como determinante para traduzir as normativas legais em práticas efetivas.

Na perspectiva de Pinheiro e Pinto (2024), a comunicação efetiva entre escola e família representa um dos fatores estruturantes para a inclusão de estudantes com TEA, pois o diagnóstico e as dificuldades próprias do espectro demandam que as famílias sejam ouvidas, informadas e envolvidas nas decisões sobre adaptações pedagógicas e recursos de apoio. O estudo aponta que a ausência de canais adequados de diálogo, a falta de clareza e os preconceitos podem inviabilizar a participação familiar e prejudicar o processo inclusivo. Por outro lado, estratégias comunicativas claras, empáticas e contínuas favorecem a construção de um projeto educacional compartilhado, com respeito à singularidade e protagonismo familiar.

Consoante a investigação de Partyka *et al.* (2022), a inclusão de crianças com TEA se fortalece quando a escola, a família e profissionais de áreas especializadas, como psicopedagogia, psicologia e terapia ocupacional, atuam de forma integrada, formando uma rede de suporte que amplia as possibilidades de aprendizagem e bem-estar. A pesquisa evidencia que essa articulação multidisciplinar permite planificar intervenções mais adequadas, compartilhar percepções e monitorar o desenvolvimento do estudante de

modo holístico, garantindo continuidade e coerência no acompanhamento. A cooperação entre diferentes saberes contribui não apenas para a inclusão, mas para uma educação mais sensível às necessidades específicas de cada aluno.

Segundo Roveda e Schmidt (2025), a avaliação educacional de estudantes com TEA constitui um desafio contemporâneo, pois a heterogeneidade do espectro implica que instrumentos padronizados nem sempre são adequados para capturar as especificidades de aprendizagem, participação e barreiras à inclusão. Em sua revisão “estado da arte”, os autores apontam a escassez de instrumentos avaliativos desenvolvidos especificamente para TEA no contexto escolar, o que fragiliza o planejamento de adaptações e o acompanhamento do progresso dos alunos. Isso revela a necessidade urgente de desenvolver instrumentos sensíveis à diversidade do TEA e de capacitar professores e equipes de AEE para uma avaliação contínua e reflexiva.

Conforme Candido *et al.* (2025), em investigações recentes sobre inclusão de alunos com TEA, identificaram-se experiências exitosas onde a adoção de políticas de formação docente, adaptações curriculares, envolvimento familiar e gestão escolar comprometida resultou em práticas pedagógicas eficazes, permanência escolar e progresso acadêmico e socioemocional dos alunos. Essas experiências reforçam que a inclusão efetiva demanda a conjugação de múltiplos fatores, normativos, pedagógicos, relacionais e institucionais. e que, quando bem articulados, produzem contextos educativos acolhedores e equitativos. O estudo destaca também a importância de documentar e disseminar essas práticas, de modo a orientar outras instituições.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas ao longo deste estudo permitiram compreender o papel estratégico da liderança do gestor escolar na mediação entre escola e família na inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista nos processos de decisão. Verificou-se que o objetivo geral da pesquisa foi alcançado, ao identificar como a gestão escolar pode fortalecer vínculos colaborativos, promover práticas participativas e assegurar que as necessidades educacionais do estudante sejam reconhecidas e atendidas de forma integral. A literatura demonstra que a liderança democrática e humanizada do gestor é um fator determinante para o êxito da inclusão.

Ao responder ao problema de pesquisa, observou-se que a integração entre escola e família depende de práticas dialógicas e da criação de espaços de participação ativa, nos quais a família seja reconhecida como parceira no processo educativo. Os estudos apontam que quando o gestor exerce sua função de mediador, articulando orientações, promovendo reuniões, escuta qualificada e decisões compartilhadas, o estudante com TEA tem maior possibilidade de desenvolvimento acadêmico, social e emocional.



Com base nas evidências levantadas, constatou-se que uma gestão escolar eficaz deve ir além do cumprimento formal de legislações inclusivas, assumindo uma postura proativa, reflexiva e colaborativa. É imprescindível que o gestor promova ações planejadas de acolhimento às famílias, incentive práticas pedagógicas inclusivas e articule o trabalho entre professores, especialistas e responsáveis legais. Assim, o ambiente escolar torna-se mais receptivo e consciente das especificidades do TEA.

Contudo, identificaram-se limitações significativas nos estudos analisados, principalmente quanto à escassez de pesquisas empíricas que apresentem intervenções práticas de gestores escolares em diferentes realidades educacionais. Também se observou a carência de investigações que abordem o impacto das decisões compartilhadas no desempenho escolar dos estudantes com TEA, especialmente em contextos públicos e rurais.

Apesar dessas limitações, os resultados apontam implicações importantes para a prática educacional, destacando a necessidade de formação continuada dos gestores, elaboração de políticas institucionais participativas e implementação de estratégias de comunicação assertiva com as famílias. Essas ações favorecem o fortalecimento da cultura de inclusão e contribuem para a construção de uma escola acessível, democrática e acolhedora.

Como contribuição teórica, este estudo evidencia que o gestor escolar deve ser compreendido como agente transformador, capaz de promover articulações entre os diferentes segmentos da comunidade escolar, garantindo que as necessidades do estudante com TEA sejam parte integrante das decisões pedagógicas e administrativas. Tal perspectiva reforça a importância do protagonismo da gestão nos processos de inclusão educacional.

Recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem o estudo de práticas de liderança inclusiva em contextos diversificados, abordem estratégias exitosas de mediação escola-família e investiguem os impactos dessas ações no desenvolvimento dos estudantes com TEA. Também é relevante explorar a elaboração de protocolos institucionais que orientem a participação da família nos processos de tomada de decisão, PDI e planejamento escolar. Essas investigações poderão contribuir para o aprimoramento da gestão inclusiva, fortalecendo sua dimensão humana, participativa e transformadora.



REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Iracelia Pereira Silva de; MENEZES, Aurelania Maria de Carvalho. Inclusão do Aluno Autista na Escola: Um Olhar sobre a Mediação Pedagógica / Inclusion of the Autistic Student in School: A Look at Pedagogical Mediation. **ID on line. Revista de psicologia**, [S. l.], v. 15, n. 58, p. 679–686, 2021. DOI: 10.14295/ideonline.v15i58.3354. Disponível em: <https://ideonline.emnuvens.com.br/id/article/view/3354>. Acesso em: 25 nov. 2025.

CANDIDO, Ana Aparecida Spatti; QUEIROZ, Edna Gomes da Silva; MORAES, Gislaine Barboza de; SILVA, Maria do Carmo Alves da; NUNES, Vanessa Siqueira Galarani; CÂNDIDO, Sandra Regina Spatti. Inclusão do autismo na escola: Referências e estrutura. **Revista Acadêmica da Lusofonia**, [S. l.], v. 1, n. 5, p. 1–17, 2025. DOI: 10.69807/2966-0785.2024.80. Disponível em: <https://revistaacademicadalufoonia.com/index.php/lusofonia/article/view/80>. Acesso em: 26 nov. 2025.

CARDOSO, M. de O.; PINTO, F. C. Interfaces da escuta familiar na inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista: Estratégias colaborativas para a inovação pedagógica. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, [S. l.], v. 7, n. 7, p. 671–694, 2025. DOI: 10.36557/2674-8169.2025v7n7p671-694. Disponível em: <https://bjih.s.emnuvens.com.br/bjih/article/view/6056>. Acesso em: 25 nov. 2025.

CONTE, Elaine; GOMES, Cristiane; DA SILVEIRA, Carla Dias; GONÇALVES, Gerusa Costa; WAMES, Caroline; SCHUMACHER, Bárbara Regina da Silva; DA SILVA, Caroline Maciel; SAMUEL, Lino Marques. Inclusão escolar e Transtorno do Espectro Autista: Corresponsabilidade e trabalho cooperativo. **ARACÊ**, [S. l.], v. 7, n. 7, p. 39197–39219, 2025. DOI: 10.56238/arev7n7-230. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/6691>. Acesso em: 25 nov. 2025.

CORREIA, E. D. Transtorno do Espectro do Autismo e Políticas Educacionais: Entre a legislação e a prática escolar. **Revista Científica FESA**, [S. l.], v. 3, n. 24, p. 208–221, 2025. DOI: 10.56069/2676-0428.2025.601. Disponível em: <https://revistafesa.com/index.php/fesa/article/view/601>. Acesso em: 25 nov. 2025.

GAVIOLI, Silvana; COUTINHO, Diogenes José Gusmão. O papel da família e da comunidade escolar na efetivação da inclusão do aluno com TEA. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 11, n. 9, p. 3971–3983, 2025. DOI: 10.51891/rease.v11i9.21304. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/21304>. Acesso em: 25 nov. 2025.

MORI, Giovanna Suemy; SOUZA, Nathalia Ferreira; GONÇALVES, Yasmin Leite; SILVA, Danielly Beraldo dos Santos. Inclusão familiar e escolar de crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista: Revisão narrativa de literatura. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar - ISSN 2675-6218**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. e321136, 2022. DOI: 10.47820/recima21.v3i2.1136. Disponível em: <https://recima21.com.br/recima21/article/view/1136>. Acesso em: 26 nov. 2025.

PARTYKA, J. M.; GARCIA, E. M.; BOLSONI, L. L. M; DA SILVA, M. F P. T. B. A Inserção de Crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Contexto Escolar, Familiar e Social. **Experiência. Revista Científica de Extensão**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 23–43, 2022. DOI: 10.5902/2447115166013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/experiencia/article/view/66013>. Acesso em: 26 nov. 2025.

PAULA, Andelourdes Aparecida de; PAULA, Andrelina Mafalda de; GITTNER, Adriana; PAIVA, Luzimar Ferreira de; JESUS, Jordania Patrícia Ribeiro da Silva; ALEXANDRE, Kethi Cristina do Rosário Squecola; FREITAS, Maria Irineia de Souza; FRIMAIO, Fabíola de Fátima Andrade. Impactos da inclusão escolar

no desenvolvimento das funções executivas em crianças com TEA . **Revista Brasileira de Filosofia e História**, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 1449–1454, 2025. DOI: 10.18378/rbfh.v14i3.11601. Disponível em: <https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RBFH/article/view/11601>. Acesso em: 25 nov. 2025.

PINHEIRO, Waldize de Lourdes Rodrigues; PINTO, Fábio. O diagnóstico do autismo e a comunicação escola-família: Barreiras e possibilidades para a educação de alunos com tea. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 1–23, 2025. DOI: 10.61164/b3rg087. Disponível em: <https://remunom.ojsbr.com/multidisciplinar/article/view/4695>. Acesso em: 26 nov. 2025.

RICCIOPPO, Ana Paula Pontes Luz; FARINELLI, Marta Regina. Escola e inclusão: a formação dos (as) professores (as) de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). **Educação em Foco**, [S. l.], v. 28, n. 55, p. 1–24, 2025. DOI: 10.36704/eef.v28i55.8484. Disponível em: <https://revista.uemg.br/educacaoemfoco/article/view/8484>. Acesso em: 25 nov. 2025.

ROVEDA, A. A. O.; SCHMIDT, C. Avaliação de alunos com autismo na Educação Inclusiva: Estado da arte. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 38, n. 1, p. e3/1–16, 2025. DOI: 10.5902/1984686X89678. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/89678>. Acesso em: 26 nov. 2025.

SANTOS, Antonio Nacílio Sousa dos et al. Educação inclusiva e direito – Políticas públicas como responsabilidade do estado para estudantes com Transtorno do Espectro Autista. **ARACÊ**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 9392–9425, 2025. DOI: 10.56238/arev7n2-278. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/3533>. Acesso em: 26 nov. 2025.

SANTOS, Régia Vidal; MAFRA, Jason Ferreira. A inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista: família e professores entre desafios, expectativas e possibilidades. **Cadernos de Pós-graduação**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 145–169, 2017. DOI: 10.5585/cpg.v16n2.7603. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/cadernosdepos/article/view/7603>. Acesso em: 25 nov. 2025.

SANTOS, Rosivânia Carneiro et al. O papel da família durante o processo de inclusão escolar de crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista. **Revista de Casos e Consultoria**, [S. l.], v. 13, n. 1, p. E30413, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/casoseconsultoria/article/view/30413>. Acesso em: 26 nov. 2025.